



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

Processo nº: 14.200/16-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG; Secretaria de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF; e Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF.

Assunto: Representação

Órgão Técnico: Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública – SEMAG

MP: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

Publicação: Pauta dispensada (Res. 161/2003, art. 1º, inciso VI)

Ementa: Representação, formulada pelo Deputado Federal LAERTE BESSA, versando sobre possível ocorrência de pagamentos indevidos pelo Tesouro local de despesas que seriam da responsabilidade do IPREV/DF.

Conhecimento da exordial e abertura de prazo para esclarecimentos das jurisdicionadas (Decisão nº 2.586/16-CPM). Remessa de documentos.

PARECERES DIVERGENTES.

A Instrução sugere a procedência parcial da representação e a emissão de determinações aos responsáveis que indica.

O **Parquet** opina pela procedência total da peça inaugural.

Sustentação oral realizada pela Drª. Cristiana de Santis Mendes de Farias Melo, Procuradora do Distrito Federal.

VOTO: procedência parcial da Representação, deixando-se de determinar adoção de providências em virtude da nova redação dada ao art. 273 da Lei Complementar nº 840/11 pela Lei Complementar nº 922, de 29.12.2016.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação formulada pelo Deputado Federal LAERTE BESSA, sobre possível ocorrência de pagamentos indevidos pelo Tesouro local de despesas que seriam da responsabilidade do IPREV/DF (e-doc C9BC8BBA-c).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

2. Na Sessão realizada em 24.5.2016, o Tribunal, acolhendo voto deste Relator, exarou a Decisão nº 2.586/16 (e-doc 0AE41B26-e), **in verbis**:

DECISÃO Nº 2.586/16 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da Representação do nobre Deputado Federal LAERTE BESSA (e-doc C9BC8BBA-c); II – conceder, com base no § 6º do art. 195 do RI/TCDF, aos Srs. Secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, bem como ao Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF o prazo de 20 (vinte) dias para que apresentem esclarecimentos quanto ao teor da Representação supracitada; III – dar ciência desta decisão ao representante; IV – autorizar: a) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator, desta decisão e da Representação às autoridades mencionadas no inciso II; b) o retorno dos autos à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública, para adoção das providências pertinentes.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.”

3. Em atenção ao **decisum**, as jurisdicionadas apresentaram, por meio dos Ofícios nºs 185/2016 – PRESI/IPREV e 590/2016-GAB/SEF (e-docs E6FCB3E9-c e 6372745A-c), a Nota Técnica Conjunta – NTC SEPLAG/SEFAZ/IPREV nº 01/2016 com os esclarecimentos que entenderam pertinentes.

4. Ato contínuo, a nobre Procuradora-Geral do DF solicitou a possibilidade de sustentar oralmente suas razões (e-doc 5860F25B-c), o que foi deferido e marcada a Sessão de 9.3.2017 para sua realização (Despacho Singular nº 88/2017-GCPM, e-doc B282D3BF-e).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

5. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 32/16-NAGF (e-doc 9FE1E0FB-e), de 31.8.2016, analisa a matéria, nos termos seguintes:

“I – Do Teor da Representação (e-DOC C9BC8BBA)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

6. O Exmo. Sr. Deputado Federal Laerte Bessa apresentou Representação a respeito de possíveis "pedaladas fiscais" ocorridas no âmbito do atual Governo, bem assim do Iprev/DF, relacionadas a pagamentos de benefícios previdenciários com recursos do Tesouro distrital.

7. O Representante faz referência a uma matéria divulgada pela imprensa local¹, no dia 01.05.16, na qual afirma que o DF e o Iprev/DF praticam as aludidas "pedaladas" e lesam seus servidores e as finanças públicas distritais, situação que, segundo a matéria, poderia vir a fundamentar o impeachment do atual Governador.

8. Alega que o art. 17 da Lei Complementar nº 769/08 – LC nº 769/08 – determina que os benefícios previstos naquela norma devam ser arcados pelo Regime Próprio de Previdência Social do DF – RPPS/DF, gerido pelo Iprev/DF. Deixa assente que o Tesouro estaria arcando com obrigações financeiras sem autorização legal, especialmente no tocante ao auxílio-doença, pois tais despesas seriam de responsabilidade daquele Instituto.

9. Aproveita a oportunidade para citar trecho daquela matéria, concernente à situação do auxílio-doença, **in verbis**:

O auxílio-doença é um exemplo eloquente sobre a ilegalidade. O artigo 273, § 11, da Lei Complementar Distrital 840/2011, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Distrito Federal estabelece que "A partir do décimo sexto dia, a licença médica ou odontológica converte-se em auxílio-doença, observadas as normas do regime próprio de previdência social do Distrito Federal". Na mesma linha, o art. 17, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar Distrital 769/08, que trata do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, elenca dentre os benefícios oferecidos aos servidores o auxílio-doença, a ser pago pelos cofres do IPREV: "O RPPS/DF, gerido pelo Iprev/DF, assegura aos beneficiários que preencham os requisitos legais os seguintes benefícios: I - quanto ao segurado: g) auxílio-doença".

Ainda, o art. 23 da mesma Lei Complementar Distrital 769/08 dispõe que "Art. 23. O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho por mais de quinze dias consecutivos e consistirá no valor de sua última remuneração. § 3º Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do segurado por motivo de doença, é responsabilidade do Tesouro do Distrito Federal o pagamento de sua remuneração.

Conforme os dispositivos, pode-se concluir que: o Tesouro do DF é responsável pelo pagamento somente

¹ A matéria completa encontra-se anexada à Representação (e-DOC C9BC8BBA).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

nos primeiros quinze dias consecutivos do afastamento; portanto a responsabilidade pelo pagamento do auxílio-doença, em decorrência da conversão da licença médica após o décimo quinto dia, é do Instituto de Previdência Social do DF; o valor a ser percebido a título de auxílio-doença consistirá no valor da última remuneração do servidor. (grifo nosso)

10. Registra que a prática, caso comprovada, poderá trazer sérios prejuízos às contas públicas do DF e a toda a população, **na medida em que poderia gerar aumento de despesa com pessoal**, de modo a atingir o limite prudencial contido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – para contratação de servidores públicos.

11. Ao final, requer que sejam tomadas as devidas providências para a completa apuração, elucidação e responsabilização dos autores.

II – DOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELAS JURISDICIONADAS (E-DOCs: E6FCB3E9 E 6372745A)

12. A Nota Técnica Conjunta SEPLAG/SEFAZ/IPREV nº 01/2016 traz aos presentes autos as justificativas requeridas à SEF/DF, à Seplag e ao Iprev/DF.

13. Alegam que a Representação e a respectiva matéria da imprensa local não compreendem claramente o funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social do DF – RPPS/DF.

14. De início, elucidam o art. 73 da LC nº 769/08, destacando a segregação das massas previdenciárias (Fundos Financeiro e Capitalizado de Previdência) e o tratamento normativo diferenciado para cada uma delas, *in litteris*:

Art. 73. O RPPS/DF será financiado mediante o regime financeiro de repartição simples de reservas matemáticas e regime capitalizado, com a gestão de um fundo de natureza financeira e um fundo de natureza previdenciária, para cobertura de benefícios previdenciários.

§ 1º Fica instituído o Fundo Financeiro de Previdência – SEGURIDADE SOCIAL, com a seguinte destinação e características:

I – destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2006, bem como aos que já recebiam benefícios nessa data e os respectivos dependentes;

II – baseado no regime de repartição simples, em que toda a arrecadação é utilizada para o pagamento dos benefícios em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

manutenção no mesmo exercício;

*III – financiado pelas contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos e pensionistas, contribuição patronal, por aportes financeiros do Distrito Federal, por recursos da alienação de bens, por outros recursos e direitos que lhe forem destinados e incorporados, desde que aceitos pelo Conselho de Administração do Iprev/DF, pelo produto de aplicações financeiras e de investimentos, pelos valores decorrentes da Compensação Previdenciária entre regimes e **pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras mensais do RPPS/DF pelo Tesouro do Distrito Federal.***

§ 2º Fica instituído o Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV, com a seguinte destinação e características:

*I – **destinado aos servidores que tenham ingressado no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2007** e aos seus dependentes;*

II – baseado no sistema de capitalização, que implique a formação de reservas, as quais serão devidamente aplicadas nas condições de mercado, com observância de regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção e prudência financeira, conforme diretrizes previstas em norma específica do Conselho Monetário Nacional e legislação aplicável, e destinado a assegurar o custeio dos benefícios previdenciários;

III – formado por contribuições previdenciárias dos servidores do Distrito Federal e pela contribuição patronal, arrecadadas ao longo do período laborativo para assegurar o custeio dos benefícios previdenciários, sendo de responsabilidade do Tesouro do Distrito Federal a cobertura de eventuais insuficiências financeiras. (grifo original)

15. Em relação ao Fundo Financeiro, que ampara os servidores que ingressaram no serviço até 31.12.06 – correspondente à grande maioria dos beneficiários do RPPS (cerca de 99,86% do total dos referidos beneficiários) –, destacam que a referida massa não possui capacidade de arcar com toda a despesa previdenciária, motivo esse que justificaria a alocação adicional de recursos do Tesouro distrital que, segundo os Manifestantes, compõe “cerca de R\$ 166 milhões de reais mensalmente para arcar com esta obrigação”, fora a contribuição patronal de 22%. Frisa que é o Tesouro que, atualmente, arca com a despesa não coberta pelas contribuições patronais e dos segurados.

16. No que concerne ao Fundo Capitalizado, destinado aos servidores que ingressaram no DF a partir de 01.01.07, afirmam que é superavitário e que não depende de repasses do Tesouro.

17. Após diferenciarem as massas, registram que o Iprev/DF arca



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

*com o pagamento dos benefícios dos dois fundos. Afirmam que ocorre, de fato, o repasse suplementar do Tesouro, haja vista que o Fundo Financeiro não se mostra capaz de lidar com todas as obrigações previdenciárias. Por outro lado, **destacam que os repasses não seriam ilegais, tendo em vista o comando contido no art. 73, § 1º, III da Lei, que prevê a cobertura de eventuais insuficiências financeiras mensais do RPPS/DF com recursos do Tesouro.***

18. Nessa seara, aduzem que não haveria qualquer prejuízo às contas públicas distritais em virtude de um suposto aumento de despesa com pessoal e o subsequente estouro do limite prudencial previsto na LRF. Além disso, ressaltam que a observância do dever de suplementação compulsória do Tesouro não afasta o alcance do limite prudencial, pois o total das despesas com ativos, inativos e pensionistas a serem cobertas com tais recursos são componentes utilizados para se aferir o referido limite, conforme previsto no art. 18 da Lei Fiscal.

19. Também esclarecem as dificuldades havidas no Iprev/DF em assumir a concessão de benefícios previdenciários, em virtude da inexistência de carreira própria. Nesse sentido, destacam que já há consulta formulada pelo Instituto a este Tribunal, indagando sobre a possibilidade de realização de concurso público diante da constatação que o DF já se encontra no limite prudencial.

20. Enfim, ditam que os procedimentos adotados em torno da concessão de auxílio-doença adotados no Poder Executivo são semelhantes àqueles vistos no Poder Legislativo, isto é, **alega que ocorre concessão de licença para tratamento de saúde, e não a concessão de benefício previdenciário do tipo auxílio-doença.**

III – DO EXAME DE MÉRITO

21. Em suma, o Representante fundamenta suas razões em torno de que os pagamentos relativos aos benefícios previdenciários com recursos do Tesouro, cuja responsabilidade entende ser do Iprev/DF, acarretariam aumento de despesas com pessoal e significariam prejuízo às finanças públicas do Distrito Federal.

22. A Representação foca o caso do **auxílio-doença**, sendo, pois, cerne do presente exame. Os argumentos apresentados aduzem que a suposta irregularidade seria a realização de pagamento pelo Tesouro distrital após o período de quinze dias de afastamento do segurado por motivo de doença, situação que exigiria o custeio da despesa com recursos do Iprev/DF, acarretando aumento de despesas com pessoal e excedendo os limites definidos pela Lei Fiscal.

23. Antes de adentrarmos o mérito da matéria submetida à análise deste Núcleo de Acompanhamento da Gestão Fiscal, impende



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

registrar que tramita nesta Casa o Processo nº 14804/16, sob responsabilidade da Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe, que cuida da Representação nº 008/2016-CF (e-DOC 1CA469A8), na qual se questiona, além do auxílio-doença, a regularidade de outros pagamentos efetuados pelo Tesouro distrital que, em tese, caberiam ao Iprev/DF, a exemplo da licença maternidade e salário-família. Ou seja, o citado Processo nº 14804/16 possui escopo mais abrangente que os presentes autos. Mas, enfim, aqui será abordado tão somente o impacto dessas despesas na apuração do limite de gasto com pessoal definido no art. 20 da LC nº 101/00 (LRF), deixando a resolução das outras questões para aquele outro Processo.

24. O RPPS/DF é gerido pelo Iprev/DF, o qual deve assegurar, entre outros benefícios previstos legalmente, o auxílio-doença. De acordo com o art. 5º da Lei federal nº 9.717/98 (trata das regras gerais para a organização e o funcionamento do RPPS dos servidores públicos, incluindo o DF), os Regimes Próprios dos servidores públicos da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, dos militares dos Estados e do DF não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social – RGPS –, de que trata a Lei nº 8.213/91², salvo disposição em contrário da Constituição Federal.

*25. De fato, o art. 23 da LC nº 769/08 dispõe que o auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho por mais de quinze dias consecutivos e consistirá no valor de sua última remuneração, sendo que, **nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento por motivo de doença, é responsabilidade do Tesouro distrital o pagamento de sua remuneração.** Por seu turno, prevê o art. 273 da LC nº 840/11 que, a partir do décimo sexto dia, **a licença médica ou odontológica converte-se em auxílio-doença.***

26. Portanto, é correta a interpretação no sentido de que, ultrapassado os primeiros quinze dias, seria o Iprev/DF responsável por arcar com o ônus do auxílio-doença, tendo o Tesouro a incumbência do pagamento referente aos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento. Contudo, há de se ressaltar que essa é apenas a regra geral do procedimento.

27. Veja-se que a própria LC nº 769/08 traz exceções a essa regra, prevendo, inclusive, que o próprio Tesouro distrital venha a cobrir as insuficiências financeiras apresentadas pelo RPPS/DF.

² “Art. 18. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, **expressas em benefícios** e serviços: I - quanto ao segurado: a) aposentadoria por invalidez; b) aposentadoria por idade; c) aposentadoria por tempo de contribuição; d) aposentadoria especial; **e) auxílio-doença**; f) salário-família; g) salário-maternidade; h) auxílio-acidente; II - quanto ao dependente: a) pensão por morte; b) auxílio-reclusão; III - quanto ao segurado e dependente: b) serviço social; c) reabilitação profissional. (grifo nosso)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

Segundo o art. 71 da LC nº 769/08:

Art. 71. O Tesouro do Distrito Federal é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras mensais do RPPS/DF decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários e observará a proporcionalidade das despesas entre os Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal, incluídos o Tribunal de Contas, autarquias e fundações. (grifo nosso)

28. Nesse sentido, a referida Lei também impõe ao DF a condição de garantidor das obrigações do Iprev/DF, respondendo subsidiariamente pelo custeio dos benefícios previdenciários devidos aos seus segurados e dependentes, e cobrindo qualquer insuficiência financeira do RPPS/DF³.

29. Não obstante, o art. 73 da mesma Lei destaca a segregação das massas previdenciárias: o Fundo Financeiro (destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público até 31.12.06) e o Fundo Previdenciário do Distrito Federal (também denominado de “Fundo Capitalizado”, destinado aos servidores que tenham ingressado no serviço público a partir de 01.01.07 e aos seus dependentes), cada um deles com peculiaridades próprias. Vale lembrar que, nem o Representante, tampouco a matéria da imprensa anexada à Representação, especificam o Fundo a que se referem as supostas irregularidades.

30. Os normativos em ênfase aduzem que, em caso de eventual insuficiência financeira, o Tesouro distrital **é obrigado** a suprir as necessidades de caixa. Portanto, há fundamento legal para que os benefícios previdenciários questionados na Representação e na matéria (inclusive o auxílio-doença) venham a ser suportados pelo Tesouro distrital.

31. A tabela em sequência elucida os recursos que foram destinados à cobertura de insuficiências financeiras do Fundo Financeiro, desde o 1º bimestre/2015 até o 3º bimestre/2016

R\$ 1,00

RECURSOS DESTINADOS À COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS DO RPPS/DF									
UG 320203 - IPREV/DF (FUNDO FINANCEIRO)									
PERÍODO	1º bim/15	2º bim/15	3º bim/15	4º bim/15	5º bim/15	6º bim/15	1º bim/16	2º bim/16	3º bim/16
No bimestre	572.709.994,75	645.828.134,16	175.941.113,53	326.658.285,42	224.963.400,53	16.263.950,54	6.753.240,96	379.262.233,25	501.726.759,78
Até o bimestre	572.709.994,75	1.218.538.128,91	1.394.479.242,44	1.721.137.527,86	1.946.100.928,39	1.929.836.977,85	6.753.240,96	386.015.474,21	887.742.233,99

Fonte: Siggó (saldo contábil da conta 451120201 - Repasse Financeiro Recebido).

³ LC nº 769/08: “Art. 4º O Iprev/DF tem como atribuição principal captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e dependentes de que trata esta Lei Complementar, por meio de uma gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, dotada de credibilidade e excelência no atendimento. [...] **§ 2º O Distrito Federal constitui-se em garantidor das obrigações do Iprev/DF, respondendo subsidiariamente pelo custeio dos benefícios previdenciários devidos aos seus segurados e dependentes, cobrindo qualquer insuficiência financeira do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal**”. (grifo nosso)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

32. A base legal para os aportes financeiros do Tesouro ao Fundo Financeiro encontra-se no inciso III do § 1º do art. 73 da LC nº 769/08, a saber:

Art. 73. O RPPS/DF será financiado mediante o regime financeiro de repartição simples de reservas matemáticas e regime capitalizado, com a gestão de um fundo de natureza financeira e um fundo de natureza previdenciária, para cobertura de benefícios previdenciários.

§ 1º - Fica instituído o Fundo Financeiro de Previdência SEGURIDADE SOCIAL, com a seguinte destinação e características:

[...]

*III - financiado pelas contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos e pensionistas, contribuição patronal, **por aportes financeiros do Distrito Federal**, por recursos da alienação de bens, por outros recursos e direitos que lhe forem destinados e incorporados, desde que aceitos pelo Conselho de Administração do Iprev/DF, pelo produto de aplicações financeiras e de investimentos, pelos valores decorrentes da Compensação Previdenciária entre regimes e pela **cobertura de eventuais insuficiências financeiras mensais do RPPS/DF pelo Tesouro do Distrito Federal**. (grifo nosso)*

33. Logo, seria mesmo o Tesouro responsável por cobrir os deficits do Fundo Financeiro do Iprev/DF, haja vista que atualmente não conta com recursos próprios necessários para suprir as insuficiências apresentadas. Nesse sentido, os esclarecimentos fornecidos pela Nota Técnica Conjunta se mostraram razoáveis ante os aspectos legais analisados.

34. Dessa forma, a matéria anexada à Representação aparentemente se equivoca ao afirmar que o Iprev/DF é superavitário **como um todo**, até porque sequer fez menção e diferenciação entre os Fundos Financeiro e Capitalizado. Além disso, também falha ao afirmar que o Tesouro está arcando com pagamentos que não dispõe de autorização legal, pois a própria lei instituidora do RPPS/DF prevê a realização de aportes financeiros em caso de insuficiência financeira.

35. Todavia, existe impropriedade na forma como esses pagamentos vêm sendo realizados pelo Governo do Distrito Federal. Em vez de o Tesouro repassar os recursos para o Iprev/DF efetuar o pagamento do auxílio-doença, que corresponderia ao valor da remuneração do beneficiário, tais despesas vêm sendo custeadas diretamente pelas respectivas unidades onde estão lotados os servidores afastados por motivo de licença para tratamento de saúde. Ou seja, a Representação possui fundamento



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

nessa parte.

36. Mas, não procede a afirmação de que tal procedimento resultaria prejuízo às finanças públicas, pois compete ao Tesouro arcar com o déficit do Iprev/DF (Fundos Financeiro e Capitalizado).

37. Dando continuidade, passa-se à análise do impacto do pagamento do auxílio-doença na apuração do limite de gastos com pessoal.

38. A matéria levada a efeito pelo Representante não apresentou maiores subsídios para afirmar que o financiamento do auxílio-doença pelo Tesouro causaria aumentos em despesas com pessoal. Antes de prosseguir, é preciso conhecer o conceito exposto no art. 18 da LRF:

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

39. Pelo exposto, a despesa total com pessoal do ente federativo é composta pelo somatório dos gastos com ativos, inativos, pensionistas e quaisquer espécies remuneratórias.

40. Sob a ótica da gestão fiscal, as normas e práticas contábeis observadas atualmente pelo DF apontam que os dispêndios com benefícios assistenciais, incluindo os relacionados ao auxílio-doença, não devem ser computados como despesas com pessoal nos Relatórios de Gestão Fiscal – RGFs e, por conseguinte, não impactariam os respectivos limites de gastos constantes na LRF, conforme explanado a seguir.

*41. Consoante o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF 7ª edição, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, **os benefícios assistenciais não são considerados despesa bruta com pessoal**. Nesse sentido, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 6ª edição (Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/14 e Portaria STN nº 700/14) e a Portaria SEF nº 135/16 (DODF nº 144, de 28.07.16) regulamentam a classificação econômica da despesa, destacando o Elemento 08 – Outros*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

Benefícios Assistenciais do Servidor e/ou do Militar para registro do auxílio-doença, conforme conceito a seguir:

[...] Despesas orçamentárias com benefícios assistenciais, inclusive auxílio-funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade, ou do aposentado, ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar; auxílio-natalidade devido a servidora ou militar, por motivo de nascimento de filho, ou a cônjuge ou companheiro servidor público ou militar, quando a parturiente não for servidora; auxílio-creche ou assistência pré-escolar devido a dependente do servidor ou militar, conforme regulamento; e **auxílio-doença**.

42. Portanto, a priori, em conformidade com o MDF, as despesas com auxílio-doença não deveriam mesmo integrar o limite de gasto com pessoal referido no art. 20 da Lei Fiscal.

43. Consultas realizadas junto ao Siggo indicaram que há pagamentos de auxílio-doença, os quais vêm sendo contabilizados no Grupo 3 – Outras Despesas Correntes, não impactando, portanto, a apuração da despesa com pessoal para fins do limite de que trata a LRF. A tabela seguinte ilustra a execução da despesa com auxílio-doença, desde janeiro de 2015.

Despesa realizada com auxílio-doença.							R\$ 1,00
UO	Gestão	Fonte	Grupo	Elemento	Subelemento	2015	2016 (até jul/16)
SEGAD	TESOURO	00-ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	3	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	AUXÍLIO-DOENÇA	11.745,82	-
SEPLAG	TESOURO	00-ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	3	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	AUXÍLIO-DOENÇA	3.299,80	13.365,04
SAB	SAB	00-ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	3	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	AUXÍLIO-DOENÇA	9.998,77	-
SAB	SAB	00-ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	3	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	AUXÍLIO-DOENÇA	-	57.904,59
SAB	SAB	00-ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	3	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	AUXÍLIO-DOENÇA	8.038,16	-
DPDF	TESOURO	00-ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	3	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	AUXÍLIO-DOENÇA	118.068,22	-
TOTAL						151.150,77	71.269,63

44. A baixa materialidade dos valores apresentados pode ser um indício de que o Governo do Distrito Federal, de fato, não vem convertendo a licença para tratamento em saúde em auxílio-doença a partir do 16º dia de afastamento do servidor. Levantamentos efetuados no Siggo, por meio de análise da descrição das respectivas notas de empenho, indicaram que os valores concernentes à Segad e Seplag dizem respeito a folhas de pagamento de servidores da TCB, empresa estatal cujos empregados são vinculados ao regime celetista, situação análoga à da SAB, também indicada na tabela. Em contrapartida, as informações disponíveis referentes à Defensoria Pública do DF não trouxeram detalhamentos dos respectivos objetos de gasto.

45. Importa consignar que também não foram encontrados registros de despesas com auxílio-doença no Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais. Ou seja, é provável que os pagamentos relativos aos afastamentos de servidores por motivo de tratamento de saúde superiores a quinze dias estejam sendo contabilizados como despesa ordinária de folha de pagamento, inviabilizando o rastreio e segregação dos valores que deveriam ser lançados a título de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

auxílio-doença e trazendo reflexos nos Demonstrativos de Despesas com Pessoal, constantes dos RGFs publicados.

46. Em corroboração a esse entendimento, apresenta-se o seguinte esclarecimento, constante da NTC SEPLAG/SEFAZ/IPREV nº 01/2016, in verbis (e-DOCs: E6FCB3E9 e 6372745A):

*Há de se destacar, ainda, que nas hipóteses nas quais os servidores precisam se afastar do trabalho por motivo de saúde, o procedimento em relação ao auxílio-doença adotado no Executivo é exatamente o mesmo adotado pelo Legislativo e pelo Tribunal de Contas. Em todas as esferas, **o que ocorre em casos como estes é a concessão de licença para tratamento de saúde, e não a concessão de um benefício previdenciário do tipo auxílio-doença.***

47. Pelo que demonstram o texto acima e os levantamentos no Siggo, o auxílio-doença não está mesmo sendo arcado como se fosse benefício previdenciário, mas sim pago como “licença para tratamento de saúde” (licença médica e/ou odontológica)⁴, que estaria sendo custeado de forma direta pelo Tesouro e sem que haja conversão da licença (primeiros 15 dias) em auxílio-doença (a partir do 16º dia), em procedimento contra legem – ou seja, sob esse enfoque, pode estar mesmo havendo impacto no limite das despesas com pessoal apurado.

48. Logo, entende-se que a Representação pode ser considerada procedente nesse ponto, haja vista que as próprias manifestações trazidas pela Seplag, SEF e Iprev/DF reconhecem que os procedimentos de concessão e pagamento de auxílio-doença não seguem plenamente os ditames legais, o que poderia ensejar desconformidades nos registros contábeis para fins de apuração do limite de gasto com pessoal.

49. Dessa forma, seria de bom alvitre a abertura de prazo para que o Governo do Distrito Federal, por meio dos órgãos próprios, dê cumprimento às Leis Complementares distritais nº 769/08 e 840/11, no que é pertinente à conversão da licença para tratamento de saúde em auxílio-doença, procedendo ao devido registro do benefício em conta contábil própria, de forma que os RGFs reflitam fidedignamente a despesa líquida com pessoal do Distrito Federal para fins de apuração do limite previsto no art. 20 da LRF.

50. Conforme noticiado, tramita nesta Casa o Processo nº 14804/16, sob responsabilidade da Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe, que cuida da Representação nº 008/2016-CF (e-DOC 1CA469A8), na qual se questionam, além do auxílio-doença, a regularidade de outros pagamentos efetuados pelo Tesouro

⁴ Importa alentar que a LC nº 840/11 prevê as licenças médicas e odontológicas, concedidas por até quinze dias para que o servidor trate da própria saúde, sem prejuízo da remuneração ou subsídio, e que, **a partir do décimo sexto dia, devem ser convertidas em auxílios-doença, observadas as normas do RPPS/DF.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

distrital que, em tese, caberiam ao Iprev/DF.

51. Na Nota Técnica Conjunta SEPLAG/IPREV nº 02/2016 (e-DOC: AB83DC90), apresentada a este Tribunal no âmbito do citado Processo nº 14804/16, foi informado “que na 50ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do IPREV, colegiado composto paritariamente por representantes do Governo e dos servidores foi aprovado por unanimidade Resolução que pede seja enviado à Câmara Legislativa do DF a alteração na Lei Complementar nº 769/2008, no sentido de se restabelecer a licença para tratamento de saúde em substituição ao auxílio-doença atualmente previsto”. Caso essa medida venha de fato a se concretizar, as providências aventadas no § 49 desta Informação se tornariam dispensáveis.

52. Ainda, tendo em conta possíveis reflexos no âmbito dos RGFs da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, afigura-se pertinente que seja dado conhecimento do decidido às respectivas Administrações dessas duas Casas.”

6. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

“I. tome conhecimento:

a) da Nota Técnica Conjunta SEPLAG/SEFAZ/IPREV nº 01/2016 (e-DOCs: E6FCB3E9 e 6372745A), deliberando pelo cumprimento da diligência contida no item II da Decisão TCDF nº 2.586/16;

b) da presente Informação;

II. no mérito, considere a Representação formulada pelo Exmo. Sr. Deputado Federal Laerte Bessa:

a) improcedente no tocante ao alegado prejuízo às finanças públicas do Distrito Federal, posto que cabe ao Tesouro local a cobertura de eventuais déficits apresentados pelos Fundos Financeiro e Previdenciário geridos pelo Iprev/DF;

b) procedente no tocante ao possível impacto causado na apuração do limite de gasto com pessoal definido no art. 20 da LC nº 101/00 (LRF), haja vista que os levantamentos realizados no Siggo e também a manifestação expressada na Nota Técnica Conjunta SEPLAG/SEFAZ/IPREV nº 01/2016 indicaram que a licença para tratamento de saúde dos servidores públicos do Distrito Federal não está sendo convertida em auxílio-doença a partir do 16º dia, em contrariedade ao art. 273 da LC nº 840/11;

III. determine:

a) ao Senhor Governador do Distrito Federal que, no prazo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

de 120 (cento e vinte) dias, por meio dos órgãos próprios, dê cumprimento aos ditames do art. 273 da Lei Complementar distrital nº 840/11, no que concerne à conversão da licença para tratamento de saúde em auxílio-doença a partir do 16º dia de afastamento do servidor, devendo-se proceder ao necessário registro desse benefício em conta contábil própria, de forma que os Relatórios de Gestão Fiscal reflitam fidedignamente a despesa líquida com pessoal para fins de apuração do limite previsto no art. 20 da LRF;

b) às Secretarias de Fazenda e de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal que informem a este Tribunal, até o final do prazo indicado no item III.a, sobre as medidas adotadas para fins de cumprimento do determinado;

c) dê ciência da decisão a ser prolatada ao autor da Representação, às Secretarias de Fazenda e de Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, à Administração deste Tribunal, bem assim à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe deste Tribunal;

IV. autorize o retorno dos autos a esta Secretaria de Controle Externo, para as providências pertinentes.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 1122/16 (e-doc 8CB21439-e), de 21.11.2016, da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, diverge da proposta da Unidade Instrutiva. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

*“23. Os autos vieram ao **Ministério Público de Contas do Distrito Federal** para manifestação, por meio do Despacho Singular nº 391/16 – GCPM, tendo em vista a natureza da matéria e, nos termos do art. 99, inciso II do Regimento Interno do TCDF.*

24. De início cabe registrar que o apontamento feito pela Instrução, a respeito da inconformidade dos registros contábeis decorrente da não conversão da licença médica em auxílio-doença, custeadas diretamente pelo Tesouro local, impactando os limites de gastos com pessoal previstos no art. 20 da LRF, é o núcleo da Representação nº 008/2016 – CF, de que trata o citado Processo nº 14804/16, como pode ser visto no excerto de interesse, verbis:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

“Então, a partir do décimo-sexto dia de afastamento para tratamento de saúde, o servidor público distrital passa a receber auxílio-doença, em valor equivalente ao de sua última remuneração, calculado segundo os termos do artigo 62 da Lei Complementar Distrital 769/08.

O auxílio-doença, segundo o artigo 48 da Lei 8541/92 é isento do Imposto de Renda. Confira-se a lei:

Art. 48. “Ficam isentos do imposto de renda os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas decorrentes de seguro-desemprego, auxílio-natalidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e auxílio-acidente, pagos pela previdência oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades de previdência privada”. Redação dada pela Lei 9.250/95.

No entanto, o Distrito Federal não reconhece a isenção, porque diz que o pagamento do auxílio-doença é feito pelo Tesouro do DF. O IPREV sustenta, costumeiramente, que custeia apenas o pagamento de aposentadorias e pensões, todavia, tal alegação é contrária aos termos da lei e pode, em última análise, estar servindo a uma espécie de “pedalada” contábil e contribuindo para a deterioração das finanças do Distrito Federal.

Com efeito, por meio do Ofício 564/2015 – DIJUR/IPREV, em que se prestava informações no mandado de segurança 2015.00.2.021270-8, consta a seguinte assertiva:

Apesar de constar na lei a previsão dos benefícios, vale ressaltar que estes são custeados pelo Tesouro do Distrito Federal, tendo em vista que cabe ao IPREV/DF apenas o pagamento de aposentadorias e pensões, sob pena de afronta a lei federal 9717/98, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Na Lei 9717/98 não há a vedação à concessão dos benefícios do auxílio-doença, licença-maternidade e salário-família. A única restrição que consta na mencionada lei é a do artigo 5º, quando diz que: “Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

Já na Lei 8213, de 24 de julho de 1991, consta a previsão do auxílio-doença, licença-maternidade e do salário-família em seu artigo 18.

Assim, o parecer subscrito pela Diretora Jurídica do IPREV/DF serve como confissão de que o Tesouro do DF está adimplindo despesas a que o Instituto de Previdência está obrigado.

A mesma informação ainda consta no mandado de segurança 2015.00.2.021632-5, também em julgamento perante o Conselho Especial do TJDF. Idêntica informação, agora expedida pela Procuradoria Geral do Distrito Federal consta dos autos 0717721-79.2015.8.07.0016, que tramitou no 3º Juizado Especial de Fazenda Pública do Distrito Federal. Consta da sentença, transitada em julgado, que o Distrito Federal, em contestação afirmou que o auxílio-doença é pago pelo Tesouro do Distrito Federal. Veja trecho da sentença:

No mérito, afirma que a remuneração da parte autora é paga pelo Tesouro do Distrito Federal, não consistindo, atualmente, em auxílio-doença pago pelo IPREV/DF, o que não legitimaria a isenção do Imposto de Renda. Requer, pois, a extinção do feito.

Portanto, na prática, com recursos do Tesouro do Distrito Federal estão sendo pagas despesas que deveriam estar sendo suportadas pelo IPREV/DF. A desconformidade com a legislação pertinente parece manifesta.

*25. De todo o exposto, resta cristalino que o pagamento de **benefícios assistenciais**, a exemplo o auxílio-doença, se **corretamente contabilizado**, após o 16º dia consecutivo de licença para tratamento de saúde, não impacta nos limites de gastos com pessoal, estabelecido pelo art. 20 da LRF, por conceito! Não se trata de despesa de pessoal, figura no grupo de “outras despesas correntes”, e não consta do rol de despesas a que se refere o art. 18 da LRF*

*26. De outra, os dados levantados e a análise promovida pelo Corpo Técnico, assim como os argumentos trazidos pela Nota Técnica Conjunta, confirmam que o Iprev/DF **não assumiu a concessão dos benefícios previdenciários**, conforme se extrai do excerto da referida Nota Técnica Conjunta:*

“Outro ponto que merece ser esclarecido é o fato do IPREV, pelas já sabidas dificuldades decorrentes da inexistência de carreira própria, não ter assumido a concessão dos benefícios previdenciários, entre eles o auxílio-doença.

O auxílio-doença, assim como a aposentadoria por invalidez, além dos analistas previdenciários exigiriam por parte do IPREV a existência de um corpo de peritos-médicos para



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

avaliar a existência da incapacidade e do tempo aproximado de recuperação de cada um dos segurados. Sem esse corpo especializado, a concessão do auxílio-doença não pôde ainda ser operacionalizada.” (destaquei)

27. *É de conhecimento deste Tribunal a situação de pessoal do Iprev/DF, em que mais de 90% do quadro atual é composto por cargos comissionados ocupados por servidores sem vínculo como Governo do Distrito Federal.*

28. *Depreende-se que os atos de concessão de benefícios previdenciários e de inclusão em folha de pagamento continuam sendo operados em cada setorial de recursos humanos (por secretaria, entidade da administração indireta, CLDF e TCDF), de acordo com as metodologias próprias de cada unidade. O Instituto apenas opera o pagamento das aposentadorias e pensões, consoante Informação nº 10/2015-SEAUD, Processo nº 25.232/15.*

29. *Registre-se que a concessão e o pagamento dos benefícios previdenciários figuram como item de verificação¹³ da Matriz de Planejamento da Auditoria Integrada, coordenada pelo TCU, incluída no Plano Geral de Ação – PGA de 2016, aprovado pela Decisão Administrativa nº 67/2015, com o objetivo de avaliar a governança e a situação financeira e atuarial do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV, (Fiscalização nº 1.1001.16), Processo nº 2510/2016-e.*

30. *Para verificar, realizou-se levantamento no Siggo e no Banco de Dados¹⁴ disponibilizado pelo Núcleo de Acompanhamento da Gestão Fiscal.*

31. Não foram encontrados registros de execução de despesa orçamentária no Governo do Distrito Federal no subelemento de despesa “51 – Auxílio-Doença”, do elemento de despesa “08 Outros Benefícios Assistenciais”, no ano de 2016.

32. *Contudo, no subelemento “11 - Auxílio-Assistência Médica”, do mesmo elemento de despesa, a execução se mostra efetiva, conforme demonstra a Tabela I:*

¹³ Matriz de Planejamento:

“I.4 - Responsabilidade do RPPS no cálculo dos valores das contribuições do DF, servidores, aposentados e pensionistas:

Critério: LC nº 769/2008, art. 4º, §1º. A responsabilidade do IPREV/DF na **concessão, pagamento e manutenção de benefícios previdenciários** pressupõe sua atuação direta no cálculo dos valores das contribuições do DF, servidores, aposentados e pensionistas.” (destaquei).

¹⁴ “FRONT-END_usuario_rev_nov2016.zip”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

Execução Orçamentária GDF - "Outros Benefícios Assistenciais - Auxílio-Assistência Médica" - 2016											
Unidade Orçamentária	Elemento de despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	339008.11	1.907.668	1.854.773	1.845.401	1.903.238	1.867.381	1.903.157	2.136.428	2.151.380	2.166.448	2.168.842
190201 - COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP		1.165.766	1.168.200	1.169.147	1.168.605	1.167.741	1.166.061	1.158.759	1.169.755	1.167.112	1.168.562
200201 - SOCIED. DE TRANSP. COLETIVOS DE BRASÍLIA - TCB		2.229	1.649	3.842	2.218	2.218	3.696	2.772	3.511	9.801	4.435
200204 - COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DF - METRÔ-DF		733.371	681.746	686.075	660.288	691.696	682.886	684.608	695.878	708.201	668.669
320101 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO		99.053	98.868	99.238	99.238	99.422	101.315	99.607	98.794	101.900	99.875
320205 - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - SAB		77.187	76.909	76.765	84.257	87.523	87.508	88.454	90.339	88.128	87.490
Total Geral		3.885.273	3.882.146	3.880.467	3.917.844	3.915.981	3.944.623	4.170.628	4.209.657	4.241.590	4.197.874

Fonte: FRONT-END_usuario_rev_nov2016 - Siggio
 Dados extraídos em 21.11.16
 Elemento de despesa - "08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS"
 Subelemento da despesa - "11 AUXÍLIO-ASSISTÊNCIA MÉDICA"
 Elaboração: MPQ/DF

33. Não parece provável que **todas** as despesas pagas com o "auxílio-licença médica" neste exercício decorram de afastamentos inferiores a 15 dias. Todavia, a hipótese de que **"todas"** as licenças objeto dos pagamentos realizados tiveram duração inferior a 15 dias deve ser objeto de verificação no referido Processo nº 14804/16, que trata da representação do Ministério Público de Contas.

34. Sendo assim, não resta outra conclusão: o levantamento de dados e análise provida pelo Corpo Técnico **corroboram** com o entendimento das Representações, uma em análise nesses autos, outra a Representação nº 008/2016-CF (e-DOC 1CA469A8), de que em **flagrante afronta à lei**, o auxílio-doença vem sendo **pago diretamente** pelo Tesouro local, a título de "**licença para tratamento de saúde**", decorrente da não conversão da referida licença em benefício previdenciário, a partir do 16º dia de afastamento do servidor.

35. Note-se: não se trata de "**suportar**" o déficit do Iprev/DF, obrigação legal garantidora do Tesouro distrital e prevista na legislação. Como registrou a informação, "os procedimentos de concessão e pagamento de auxílio-doença não seguem plenamente os ditames legais".

36. Ao não seguir os dispositivos legais, não convertendo a licença médica em benefício previdenciário, e **pagar diretamente** tais despesas, como restou demonstrado, o Governo do Distrito Federal introduz **viés na contabilidade pública**.

37. Agindo assim, via de consequência, distorce dois importantes resultados fiscais: **majora** a despesa total com pessoal¹⁵ e; **produz efeitos danosos** nos resultados financeiro e atuarial do Instituto, **subestimando** o déficit do Iprev/DF. São estes **os efeitos sobre as finanças públicas do DF**.

38. Em uma direção, a do limite de gasto total com pessoal, há que se registrar que **no segundo quadrimestre de 2016, o GDF gastou com pessoal 47,49% da RCL**¹⁶. O limite máximo é de 49%,

¹⁵ É possível que a despesa total com pessoal seja menor do que aquelas registradas nos Relatórios de Gestão Fiscal, publicados quadrimestralmente pelo Governo do distrito Federal.

¹⁶ Processo nº: 30826/16; e Relatório de Gestão Fiscal, referente ao segundo quadrimestre de 2016 da Administração Direta, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas.
 (http://static.fazenda.df.gov.br/arquivos/aplicacoes/contas_publicas/documentos/RGF2quadrimestre2016.pdf).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

sendo o prudencial de 46,55% e o permitido, de 44,10%.

39. Importante repisar os riscos de ultrapassagem do limite máximo. Nessa situação, o GDF fica submetido às vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF¹⁷.

40. Não alcançada a redução no prazo estabelecido na LRF¹⁸ e, enquanto perdurar o excesso, segundo o §3º do art. 23, destacado na nota 15, o GDF não poderá: receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal¹⁹.

41. Note que o Iprev/DF sofre as consequências da situação fiscal de limite de gasto com pessoal. Por meio da Decisão nº 4116/2016, o Tribunal determinou, no que interessa:

“[...] III – reiterar ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF os itens “II-a” e “II-b” da Decisão n.º 6.057/2015, determinando-lhes que adotem as necessárias providências para: a) constituir quadro próprio de servidores, em cumprimento à disposição contida no art. 109, § 3º, da Lei Complementar n.º 769/2008, tão logo sejam superadas as vedações impostas pela LRF quanto ao limite de gastos com pessoal;”

42. À época da decisão reiterada, Decisão nº n.º 6.057/2015, a Despesa Líquida com Pessoal – DLP do Poder Executivo totalizou R\$ 9,3 bilhões no período de setembro de 2014 a agosto de 2015, equivalente a 50,8% da Receita Corrente Líquida – RCL, superando o limite máximo estabelecido pelo inc. II do art. 20 da LRF (49% da RCL).

*43. O assunto é dos mais importantes. Profícuo lembrar que o limite de gasto com pessoal é objeto da “Análise do Relatório de Gestão Fiscal - RGF do Poder Executivo do Distrito Federal”, e compõe o **parecer prévio e relatório analítico** relativos às contas anuais prestadas pelo Governador, **interferindo diretamente na atuação***

¹⁷ “a) concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal; b) criação de cargo, emprego ou função; c) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; d) provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e) contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias;”

¹⁸ “Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, **o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes**, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

¹⁹ Segundo os dados apurados no Processo nº 30826/16, que trata da análise da gestão fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2016, a despesa líquida com pessoal monta R\$ 9,2 bilhões, representando 47,49% da RCL, apurada no mesmo relatório em R\$ 19,38 bilhões.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

deste Tribunal. A despeito da materialidade, configurada a incorreção contábil, resta prejudicado todo procedimento de análise das contas anuais prestadas e coloca em “cheque” os apontamentos desta Corte.

44. Noutra direção, **é certo** que a avaliação do resultado financeiro e atuarial do Iprev/DF, que por ventura tenha subsidiado a iniciativa do Poder Executivo do DF materializada pela edição Lei Complementar nº 899, de 30 de setembro de 2015, **não considerou os efeitos do pagamento desses benefícios previdenciários.**

45. A respeito, peço vênia para trazer exceto do Parecer nº 1168/2015-CF, exarado no âmbito do Processo nº 26.692/2014 (e-TCDF):

“[...]”

69. O enfrentamento do déficit previdenciário distrital se deu pela segregação da massa de segurados – uma mudança na forma de gerenciamento. Instituiu-se o Fundo Financeiro de Previdência – Seguridade Social, que abrange os segurados que tenham ingressado no serviço público até 31.12.06, e que tem como regime a repartição simples, em que as aposentadorias da geração anterior são suportadas pelas contribuições dos servidores ativos, e quaisquer déficits são suportados pelo Estado.

70. Noutro plano está o Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV (ou Plano Capitalizado), que como a própria denominação indica baseia-se no sistema de capitalização e destina-se a albergar os servidores que tenham ingressado no serviço público a partir de 01.01.07, inclusive. De sorte a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, conforme determinado na Lei Geral da Previdência Pública, a formação de reservas por meio do retorno auferido a partir da aplicação do seu patrimônio norteia a gestão do fundo.

71. Oportuno registrar que a segregação cria condição ímpar de liquidez de curto e médio prazos, permitindo o planejamento de longo prazo, inclusive a oportunidade de aprender com o descontrole do passado recente no gerenciamento do outro regime, que o levou a déficits de difícil saneamento diante de eventos de mercado, ou da redução na massa de contribuintes, ou mesmo do desenvolvimento humano, como é exemplo o aumento na expectativa de vida de seus participantes, dentre outros.

“[...]”

78. Talvez tenha sido essa conjunção de cenários a força motriz da edição Lei Complementar nº 899, de 30 de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

setembro de 2015, de autoria do Poder Executivo do DF, que modifica, temporariamente, a contribuição patronal para o Fundo Previdenciário do Distrito Federal, e autoriza o Iprev/DF a reverter do DFPREV para o Fundo Financeiro de Previdência – Seguridade Social até 75% do valor correspondente ao superávit técnico atuarial apurado no final do exercício de 2014.

79. *Sobre o assunto este MPC, por meio da Representação nº 27/15 - DA, no âmbito do Processo nº 32.000/2015, solicitou cautelarmente que o GDF se abstenha de praticar qualquer ato de gestão com fulcro na referida lei, alegando, in verbis:*

“As alterações positivadas pela Lei Complementar nº 899/2015 afetam o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, configurando indício de manifesta inconstitucionalidade do Diploma Legal, em face do princípio insculpido textualmente no art. 40 da Constituição Federal de 1988”

(....)

Dessa forma, em face das competências constitucionais do Tribunal de Contas para fiscalizar os órgãos e entidades da Administração e zelar pela correta aplicação de recursos públicos e pela observância dos princípios insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal, o Ministério Público de Contas propõe ao Plenário que:

I – tome conhecimento da presente representação, determinando seu processamento em autos específicos;

II - determine cautelarmente ao Governo do Distrito Federal, até ulterior deliberação, se abstenha de praticar atos de gestão com fulcro na Lei Complementar nº 899/2015, sem o prévio parecer favorável a que se refere o art. 22 da Portaria MPS nº 403/2008 e, ainda, sem a devida demonstração que o superávit informado não tem causa em retenções indevidas de valores do Fundo Constitucional, sob pena do Tribunal de Contas do Distrito Federal negar a validade dos atos praticados com base na citada norma;

III – autorize, nos termos do artigo 41 da Lei Complementar nº. 01/94, que a Unidade Técnica competente realize os procedimentos de fiscalização necessários para apurar as irregularidades, autorizando, se necessárias, a realização de inspeção



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

e diligências pertinentes, no que tange aos efeitos concretos da possível inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 899/2015, por afronta ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial previsto no art. 40 da Constituição Federal de 1988.

46. Quais os efeitos financeiros do pagamento de benefícios previdenciários em cada massa previdenciária (auxílio-doença; licença-maternidade e salário-família e; auxílio-reclusão)?

*47. Ao que se vê, a segregação da massa de segurados²⁰ permite inferir que o Plano Capitalizado, **em tese**, suportaria os pagamentos dos benefícios previdenciários apenas com a arrecadação das contribuições, sendo deficitário somente o Plano Financeiro.*

*48. Limitando-se apenas à massa de segurados superavitária, o Plano Capitalizado, e considerando que o Plano suporta o pagamento dos benefícios previdenciários ao seu grupo de servidores, **a parcela custada diretamente pelo Tesouro configura medida prejuízo às contas públicas do DF.***

49. Amplie-se, e veja-se que até mesmo os efeitos da alteração nas alíquotas de contribuição levadas a efeito na LC 899/15 não restou clara ao Controle Externo.

50. Nos autos do Processo nº 32.000/2015, atualmente no MPC/DF para manifestação, o Corpo Técnico (Informação nº 32.000/2015) sugere ao eg. Plenário que determine aos jurisdicionados que apresentem, em 30 dias, no que interessa:

“[...]”

a) Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF:

1) justificativas pela redução da alíquota da Contribuição Patronal para 16,55%, quando estudo atuarial de 2015 da PEMCAIXA, relativo ao Fundo Financeiro, sugeriu, em seu parecer, a manutenção da alíquota de 22%;

2) os estudos técnicos que fundamentaram a revisão do Plano de Custeio e dos parâmetros da Segregação da

²⁰ Parecer nº 1168/2015-CF: “O Plano Financeiro, segundo o relatório de auditoria, ao final de 2014, possuía registros que apontavam para 61.149 servidores ativos, 40.490 aposentados e 9.118 pensionistas vinculados ao Plano Financeiro, resultando em um coeficiente de 1,23 contribuintes para cada inativo/pensionista. [...] para o mesmo exercício, auferiu-se receita total de R\$ 1,4 bilhão e despesa total R\$ 1,6 bilhão. Portanto, déficit de R\$ 238,9 milhões, cobertos por aportes do Tesouro do DF (R\$ 232,5 milhões), e por disponibilidade de caixa do referido fundo [...] ao final de 2014 restavam vinculados ao Plano Capitalizado 30.685 servidores ativos, 49 aposentados e 17 pensionistas, o que dá o coeficiente de 464,92 contribuintes para cada inativo/pensionista. Com esse cenário favorável, o Fundo Previdenciário registrou superávit de R\$ 958,3 milhões, decorrente de ingressos da monta de R\$ 961,4 milhões contra despesa de R\$ 3,1 milhões, naquele exercício.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

Massa do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – DFPREV, pela Lei Complementar n.º 899/2015, demonstrando a viabilidade orçamentária e financeira para o Distrito Federal, por meio de fluxos das receitas e despesas dos Planos Financeiro e Previdenciário, dentro dos limites de despesas da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, à vista da redução da alíquota de contribuição a cargo desse Ente, bem assim o não comprometimento do Equilíbrio Financeiro e Atuarial, nos termos dispostos nas normas vigentes que regem a matéria;

[...]

51. Diante disso, destarte a interpretação do Corpo Técnico nesses autos, o Ministério Público entende que o procedimento ilegal de pagamento diretamente pelo Tesouro local do auxílio-doença, na rubrica “licença médica”, enseja possibilidade de danos às finanças do DF, e deve ser objeto de análise.

52. Diante de tamanha ilegalidade, é inaceitável que o Tribunal permita que tal situação perpassasse o exercício de 2016, contaminando com efeitos maléficos e irregulares a contabilidade pública e a execução da despesa em 2017, como propõe a Informação.

53. Registre-se, após oito anos da sua criação, o Iprev/DF, instituição responsável pela gestão do RPPS, ainda atua como se no período de transição estivesse, previsto no art. 4º do Decreto 29.281/08²¹, que tratou da sua implementação.

54. Diante do exposto, o Ministério Público diverge das sugestões do Corpo Técnico, no que se segue:

[...]

II. no mérito, considere a Representação formulada pelo Exmo. Sr. Deputado Federal Laerte Bessa:

a) procedente no tocante ao possível impacto causado na apuração do limite de gasto com pessoal definido no art. 20 da LC nº 101/00 (LRF), haja vista que os levantamentos realizados no Siggó e também a manifestação expressada na Nota Técnica Conjunta SEPLAG/SEFAZ/IPREV nº 01/2016 indicaram que a licença para tratamento de saúde dos servidores públicos do Distrito Federal não está sendo convertida

²¹ Art. 4º. A fim de que não haja solução de continuidade na execução dos procedimentos relativos aos assuntos pertinentes ao sistema previdenciário do Distrito Federal, os órgãos setoriais de RH-Recursos Humanos do Distrito Federal darão seguimento às ações atualmente realizadas, devendo os documentos serem assinados em conjunto com o IPREV/DF, até a conclusão da transição dos procedimentos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

em auxílio-doença a partir do 16º dia, em contrariedade ao art. 273 da LC nº 840/11; e

b) procedente no tocante a possível prejuízo às finanças públicas do Distrito Federal, posto que não cabe ao Tesouro local o pagamento direto do auxílio-doença, a partir do 16º dia, cabendo ao Iprev/DF custear tal despesa com os recursos arrecadados;

III. determine:

a) ao Senhor Governador do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, por meio dos órgãos próprios, dê cumprimento aos ditames do art. 273 da Lei Complementar distrital nº 840/11, no que concerne à conversão da licença para tratamento de saúde em auxílio-doença a partir do 16º dia de afastamento do servidor, devendo-se proceder ao necessário registro desse benefício em conta contábil própria, de forma que os Relatórios de Gestão Fiscal reflitam fidedignamente a despesa líquida com pessoal para fins de apuração do limite previsto no art. 20 da LRF;"

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

VOTO

8. Nesta fase, após a sustentação oral realizada pela Dr^a. Cristiana de Santis Mendes de Farias Melo (Procuradora do DF), examina-se o mérito da Representação formulada pelo Deputado Federal LAERTE BESSA sobre possível ocorrência de pagamentos indevidos pelo Tesouro local de despesas que seriam da responsabilidade do IPREV/DF (e-doc C9BC8BBA-c).

9. Em apertada síntese, o representante, embasado em matéria jornalística divulgada na imprensa local em 1^o.5.2016, alega que o Tesouro Distrital estaria arcando com obrigações financeiras do IPREV sem autorização legal, especialmente no tocante ao auxílio-doença. Tais pagamentos, segundo a exordial, podem gerar sérios prejuízos às contas do DF e a toda população, na medida em que implicam em falhas na contabilidade governamental e nos cálculos de gastos com pessoal.

10. Após a análise conjunta dos fatos narrados na representação e dos esclarecimentos prestados pelas jurisdicionadas em atenção à Decisão nº 2.586/16-CPM¹, a Unidade Instrutiva sugere que o Tribunal considere parcialmente procedente a peça inaugural e determine ao Exmo. Sr. Governador do DF que, *“por meio dos órgãos próprios, dê cumprimento aos ditames do art. 273 da Lei Complementar distrital nº 840/11, no que concerne à conversão da licença para tratamento de saúde em auxílio-doença a partir do 16º dia de afastamento do servidor, devendo-se proceder ao necessário registro desse benefício em conta contábil própria, de forma que os Relatórios de Gestão Fiscal reflitam fidedignamente a despesa líquida com pessoal para fins de apuração do limite previsto no art. 20 da LRF”*.

11. O **Parquet** especializado pugna pela total procedência da representação, aquiescendo ao encaminhamento proposto pela Instrução, com adendo para o prazo a ser concedido.

12. Passa-se à apreciação da matéria.

13. Com as devidas vênias aos Pareceres, o objeto da

¹ **DECISÃO Nº 2.586/16 (CPM):** O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da Representação do nobre Deputado Federal LAERTE BESSA (e-doc C9BC8BBA-c); II – conceder, com base no § 6º do art. 195 do RI/TCDF, aos Srs. Secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, bem como ao Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF o prazo de 20 (vinte) dias para que apresentem esclarecimentos quanto ao teor da Representação supracitada; III – dar ciência desta decisão ao representante; IV – autorizar: a) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator, desta decisão e da Representação às autoridades mencionadas no inciso II; b) o retorno dos autos à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública, para adoção das providências pertinentes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

representação ora examinada foi equacionada pela nova redação dada ao art. 273 da Lei Complementar nº 840/11 pela Lei Complementar nº 922, de 29.12.2016 (publicada no DODF de **30.12.2016**, suplemento-A).

14. De acordo com o novo texto legal, as licenças médicas ou odontológicas podem ser concedidas para o servidor tratar da própria saúde, sem prejuízo da remuneração ou do subsídio, **por até 24 meses consecutivos ou cumulativos ao longo do tempo de serviço prestado ao DF**, senão vejamos:

“Art. 273. Pode ser concedida licença médica ou odontológica para o servidor tratar da própria saúde, sem prejuízo da remuneração ou do subsídio.

§ 1º Após 24 meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, ou 24 meses cumulativos ao longo do tempo de serviço prestado ao Distrito Federal, em cargo efetivo, em razão da mesma doença, o servidor deve ser submetido à perícia médica, que opinará pela possibilidade de retorno ao serviço, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.

§ 2º Caso o servidor seja readaptado após o período mencionado no § 1º e volte a se afastar em razão da mesma doença, deve ter seu quadro de saúde analisado por Junta Médica Oficial.

§ 3º No caso de servidor sem vínculo efetivo com o Distrito Federal, suas autarquias ou fundações, aplicam-se à licença médica ou odontológica as normas do regime geral de previdência social.”

15. Verifica-se, portanto, que não há mais a necessidade legal de conversão da licença médica em auxílio-doença após o 15º dia de afastamento do servidor. Tampouco há que se falar em pagamentos a serem realizados pelo IPREV, uma vez que, durante a licença médica, os pagamentos são de responsabilidade do órgão/entidade a que estiver vinculado o servidor.

16. No que tange ao eventual pagamento de outros benefícios de responsabilidade do IPREV, o assunto poderá ser melhor analisado no bojo do **Processo-TCDF 14.804/16²**, cujo escopo engloba o pagamento de licença

² **Processo-TCDF 14.804/16, de relatoria do Conselheiro MÁRCIO MICHEL:** Representação nº 8/2016 - CF. Possível irregularidade no pagamento de benefícios previdenciários com recursos do Tesouro do Distrito Federal, cujas despesas deveriam, na forma da legislação de regência, estar sendo suportadas pelo IPREV/DF.

- Última decisão de mérito: Decisão nº 3.352/16 (CMM): O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da Representação nº 8/2016-CF, oferecida pelo MPJ/TCDF (eDOC 1CA469A8-e); II – conceder o prazo de 15 (quinze) dias ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF para apresentarem, nos termos do art. 195, § 6º, do RI/TCDF, os esclarecimentos que entenderem pertinentes quanto aos fatos narrados na citada representação; (...)”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A4/S1

Proc.: 14.200/16-e

maternidade e de salário-família por parte dos órgãos e entidades do DF.

17. Todavia, ressalta-se, desde já, que no exame de eventuais impactos financeiros desses supostos pagamentos deve-se considerar, como bem pontuado pela Instrução, a condição de garante do Tesouro Distrital em relação ao IPREV, nos termos do art. 71 da Lei Complementar nº 769/08, **in verbis**:

*“Art. 71. **O Tesouro do Distrito Federal é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras mensais do RPPS/DF decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários** e observará a proporcionalidade das despesas entre os Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal, incluídos o Tribunal de Contas, autarquias e fundações.” (grifo nosso)*

18. Registre-se a propósito que a Instrução é de 31.8.2016 e o Parecer do Ministério Público de 21.11.2016, anteriores, portanto, à Lei Complementar nº 922, de 29.12.2016 (DODF de 30.12.2016).

Com esses esclarecimentos, em função da novel redação dada ao art. 273 da Lei Complementar nº 840/11, divirjo dos Pareceres e VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da Nota Técnica Conjunta SEPLAG/SEFAZ/IPREV nº 01/2016 (e-docs E6FCB3E9 e 6372745A), considerando atendida a Decisão nº 2.586/16;

II. considere parcialmente procedente a representação do nobre Deputado Federal LAERTE BESSA, deixando, no entanto, de determinar providências ante a inexistência de valores significativos, notadamente, em face da nova redação dada ao art. 273 da Lei Complementar nº 840/11 pela Lei Complementar nº 922, de 29.12.2016 (publicada no DODF de **30.12.2016**, suplemento-A).

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, 14 de março de 2017.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator